Capítulo 1

Da questão social à questão social urbana

Alexis Cortés

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORTÉS, A. Da questão social à questão social urbana. In: *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 27-59. Sociedade & política collection. ISBN: 978-85-7511-477-3.
<https://doi.org/10.7476/9788575114773.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

CORTÉS, A. Da questão social à questão social urbana. In: *Favelados e pobladores nas ciências sociais: a construção teórica de um movimento social* [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 27-59. Sociedade & política collection. ISBN: 978-85-7511-477-3.
<https://doi.org/10.7476/9788575114773.0002>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

CAPÍTULO 1

DA QUESTÃO SOCIAL À QUESTÃO SOCIAL URBANA¹

Sem a suposição de comparabilidade do Chile e do Brasil, este trabalho não teria sentido. Mas, isso não impede que se considerem, para começar, pelo menos como pano de fundo, algumas diferenças. Em particular e de maneira sucinta, acho relevante marcar que, apesar de ambas as sociedades compartilharem a condição de sociedades dependentes, ou seja, de uma posição subordinada na economia internacional, o processo de conformação e consolidação de seus estados é dissímil.

A prematura consolidação do que no Chile se conheceu como o “estado portaliano”² (durante o período 1830-1891), caracterizado por um governo forte e centralizador, sustentado na obediência incondicional à autoridade (GÓNGORA, 1981) – a despeito dos questionamentos de uma historiografia mais recente que aponta para vacuidade de legitimidade do sistema estatal chileno (pela ausência da sociedade civil na construção do estado) (SALAZAR et al., 1999) –, indica a estabilidade e solidez de um Estado com uma institucionalidade vigorosa.

¹ Uma versão reduzida e adaptada deste capítulo foi publicada como “Além da Dádiva ou da Conquista: as interpretações da questão social no Chile e no Brasil”, na *Revista Estudos Ibero-Americanos*, v. 42, n.º3.

² O conceito faz referência ao triministro chileno Diego Portales, que encarnou a ideia conservadora de um Estado forte e autoritário.

Isto contrasta com o processo de conformação do Estado brasileiro, pois, tal como assinala Adalberto Cardoso, o Estado (antissocial) brasileiro encontra sua origem “no Império e sua frouxa centralização do poder, que legou à República um Estado que qualifico como um Leviatã de múltiplas cabeças e corpo raquítico, porque incapaz de capilarizar no vasto território nacional” (CARDOSO, 2010a, p. 53). As dimensões continentais do país, os arquipélagos de poder em mãos de oligarquias agrárias locais e os vazios herdados do Império postergaram a articulação do Estado-Nação praticamente até os anos 1930 do século XX (Estado Novo).

Assim, se aceitamos o convite de Das e Poole (2008) para repensar o estado a partir de suas próprias margens – ou seja, se consideramos as margens já não como o espaço de naturalidade (caos, desordem) que enfraquece a forma administrativa de organização política racionalizada que tende a se identificar com o Estado, mas sim como supostos necessários para a configuração e consolidação do próprio Estado – então poderíamos nos aventurar a afirmar que, no caso do Brasil, a relação entre o Estado e suas margens é mais fluida que no caso chileno. Em outras palavras, a construção do Estado brasileiro se realizou com muito maior permeabilidade frente a suas próprias margens. Esse dado será fundamental para entender, por exemplo, a relação do Estado com as favelas (SILVA, 2008).

Porém, se existe um tópico que ilustra os potenciais comparativos dos diálogos entre movimentos sociais e academia no Chile e no Brasil, este é o que se conheceu como a “questão social”. Fenômeno eminentemente moderno e conectado com os processos de industrialização e urbanização, tem sido um dos principais tópicos analisados pelas ciências sociais, sendo entendida como uma tomada de consciência da existência de uma fratura central, posta em cena pela multiplicação das descrições do pauperismo, que poderia levar até à dissolução do conjunto da sociedade (CASTEL,

2004). Estes setores marginalizados, esquecidos pelas classes dirigentes, mas, ao mesmo tempo, temidos e rejeitados, começaram a aumentar com os acelerados processos de urbanização das grandes cidades, provocando que a inicial indiferença da elite se transformasse em medo. A alarmante situação da classe operária obrigou à transformação da relação entre as novas classes trabalhadoras e a própria sociedade. Dessa maneira, a questão social pode ser compreendida como a tentativa de integração social mediante a qual os setores sociais, até então à margem da sociedade, começam a ser incluídos progressivamente através da redefinição de um novo contrato social baseado no trabalho.

Uma das dimensões mais expressivas da questão social foi o problema habitacional das “classes perigosas”: a questão urbana aparece atrelada à questão social em geral e só ganhará autonomia analítica quase um século mais tarde. Porém, já em Engels, um dos autores clássicos da teoria social e, além do mais, contemporâneo da emergência da questão social na Europa industrial, estará presente uma reflexão bastante densa do que ele entendeu como “a questão da habitação” (ENGELS, 1979). Para o principal parceiro de Karl Marx, o rápido processo de industrialização que viviam as cidades europeias era quase inseparável da “penúria habitacional”, que os operários e uma parcela da pequena burguesia dessas cidades experimentavam, correspondendo a um dos males menores e secundários, originados pelo modo de produção capitalista. Embora, para Engels, essa penúria não seja consequência direta da exploração do trabalhador como tal pelo capitalismo, o autor alemão considera o proletariado como o principal atingido (não o único) da especulação que gerava escassez de habitação, salientando que a crise por falta de alojamento era consequência do modo de produção capitalista.

Uma sociedade não pode existir sem problemas de habitação quando a grande massa de trabalhadores dispõe apenas do seu sa-

lário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução; quando os melhoramentos mecânicos deixam massas de operários sem trabalho; quando violentas e cíclicas crises industriais determinam, por um lado, a existência de um grande exército de reserva de desempregados, e por outro lado, atiram periodicamente à rua volumosa massa de trabalhadores; quando os proletários se amontoam nas grandes cidades, e isso se dá num ritmo mais rápido que a construção de habitações nas circunstâncias atuais, e se encontram sempre inquilinos para a mais infeta das pocilgas; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na sua qualidade de capitalista, tem não só o direito mas também, em certa medida, graças à concorrência, o dever de exigir, sem escrúpulos, aluguéis elevados. Em semelhante sociedade a crise da habitação não é um acaso mas uma instituição necessária; não pode ser eliminada com modificações a nível de saúde pública etc. porém sim quando toda a ordem social que a originou for transformada pela raiz. (ENGELS, 1979, p. 24).

No Chile, a questão habitacional será considerada como um dos principais problemas sociais durante a maior parte do século XX. O principal organizador do movimento operário chileno, Luis Emilio Recabarren, já alertava, em 1910, sobre o obstáculo moral que representavam os cortiços para o avanço da própria classe operária e os mostrará como uma forma de habitação não menos degradada que a vida no presídio (RECABARREN, 2010). No Brasil, especificamente no Rio de Janeiro, tanto os cortiços como as favelas eram concebidos como as expressões mais visíveis e dramáticas da questão social. Os debates em torno da favela sintetizam, para alguns autores (FISCHER, 2010), as várias etapas da metamorfose da questão social brasileira, representando um dos principais símbolos de ameaça à coesão social no contexto urbano. Centralidade que ainda mantém, considerando o processo de metropolitização da questão social brasileira:

As metrópoles estão hoje, portanto, no coração dos dilemas políticos, sociais e econômicos da sociedade brasileira, pois expressam as vertentes mais dramáticas dos efeitos da disjunção entre nação, economia e sociedade, inerentes à nossa condição histórica de subordinação à globalização hegemônica pelo capital financeiro. Devemos ser capazes de dar uma resposta às ameaças de fragmentação nacional nos planos social e territorial, sem o que nenhuma mudança do rumo da economia estabilizada será possível ou terá sentido. Lembrando Celso Furtado, diríamos com ele que nas metrópoles estão concentrados os processos que interrompem a nossa construção como nação, uma vez que nelas estão ocorrendo vários lances do jogo que está decidindo o nosso futuro como sociedade. (RIBEIRO e SANTOS JUNIOR, 2007, pp. 12-3).

Porém, não é a relação direta entre questão social e questão urbana o que interessa especificamente neste capítulo, mas sim as diferentes interpretações que foram elaboradas em torno deste fenômeno no Chile e no Brasil.

Efetivamente, com diferentes intensidades, graus de industrialização e urbanização, assim como com díspares níveis organizativos por parte das classes subalternas que emergiam no cenário social, as distintas sociedades fizeram frente à questão social. De fato, na América Latina, a nova definição da relação salarial nunca significou uma solução generalizada dos problemas sociais, ficando grandes setores do mundo popular marginados dos benefícios dos sistemas de proteção, o que no Brasil conheceu-se, entre outras formulações, como “Cidadania Regulada” (SANTOS, 1998b). Assim, o “Estado de Compromisso” na América Latina nunca alcançou os níveis dos dispositivos de proteção social próprios da Europa, dando à “questão social” um caráter particular no nosso continente.

Esta especificidade da questão social latino-americana, por sua vez, foi replicada localmente pelos analistas dos países latino-americanos, contribuindo à conformação de mitos e interpretações nacionais da questão social que, embora reconheçam o destino comum das economias periféricas e de industrialização tardia e incompleta, muitas vezes ignoraram os traços compartilhados, enfatizando as suas particularidades por contraposição com o Estado de Bem-Estar e com a classe operária europeia e não fazendo o exercício comparativo com realidades mais parecidas, como as do mesmo continente, salvo notáveis exceções (COLLIER e COLLIER, 1991).

Nesse sentido, os casos do Chile e do Brasil resultam paradigmáticos, já que representam polos opostos das interpretações locais clássicas sobre a questão social. Enquanto no Chile a questão social é interpretada como uma tomada de consciência da classe operária, a qual, produto da sua maturidade política e organizativa, pressiona a classe hegemônica, através de greves e da luta eleitoral, conquistando a legislação social; no Brasil, a interpretação clássica é diametralmente oposta. Assim, a legislação social aparece não como produto da luta da classe operária, mas como uma “dívida” do Governo de Getúlio Vargas e do Estado Corporativista, uma vez que o próprio sindicato seria uma consequência, e não uma causa dessa legislação.

Da mesma maneira que se interpreta o papel da classe operária nos dois países como exemplos opostos – de passividade, no caso brasileiro; de protagonismo, no chileno, ou seja, de uma classe “manipulada” ou “consciente”, respectivamente –, encontramos um correlato na atribuição que tem o Estado no enfrentamento e resolução (parcial) da questão social. Assim, parece haver um consenso em torno à ideia de que, se no Chile as classes dirigentes e o sistema político se viram “ultrapassadas” pelo vigor e capacidade do mundo popular (especial da classe operária), no caso do Brasil, foi o Estado quem “presenteou” a legislação social ao povo, sendo

o sindicalismo um produto da ação organizadora e coesiva do próprio Estado.

Os dois casos que serão analisados neste capítulo e que, aparentemente, representam faces opostas de uma mesma moeda, resultam úteis para demonstrar como nestes dois países o fenômeno da questão social teve traços comuns que desmistificam as interpretações locais clássicas. Sobretudo, os exemplos do Chile e do Brasil permitirão mostrar que o fenômeno da questão social não é uma resposta unilateral de um setor social determinado, seja a classe operária ou o Estado (e a sua classe hegemônica), mas sim um processo muito mais amplo de reflexibilidade da sociedade, no qual esta toma consciência da necessidade de refundar um pacto social que permita dar-lhe continuidade, mediante a integração de setores sociais antes marginalizados que, pelas condições extremas de miséria, começavam a dar mostras mais ou menos conscientes de rebeldia, questionando a ordem imperante. Assim, o fenômeno não pode ser reduzido a um assunto de “conquista” da classe operária ou de “dádiva” estatal.

A reflexibilidade da “questão social” é também uma contestação “preventiva”, pelo fato de compreender que o estado de miséria da classe operária precisa mudar para assegurar a persistência da sociedade (MASSARDO, 2008), bem como reconhecer a potencialidade das classes subalternas para construir hipoteticamente um discurso e projeto contra hegemônicos, precisamente pela existência paupérrima dos seus integrantes. Assim, é possível falar que a resposta à questão social no Chile e no Brasil é também uma reação preventiva, destinada a antecipar as fraturas sociais possíveis da ação organizada das classes populares. Dessa maneira, o papel da classe operária é determinante, seja pela ameaça real que poderia representar ou pela ameaça potencial de sua organização autônoma.

Revisitar criticamente as interpretações clássicas da questão social nestes dois países é um exercício que também permite apro-

ximar-se privilegiadamente ao tópico de como as ciências sociais formam parte das lutas que elas mesmas descrevem. Para tanto, se mostrará como essas interpretações visavam legitimar um discurso político no momento em que eram enunciadas, transformando o passado num objeto de disputa do movimento operário. A partir desta revisão espero depreender algumas lições úteis para a compreensão da questão social urbana e seus intérpretes no Rio de Janeiro e Santiago do Chile no processo de construção teórica dos movimentos de favelados e *pobladores*, respectivamente, pois, como será visto, existe uma tendência na interpretação da questão social nestes dois países que aparecerá com novas roupagens na questão social urbana de Santiago do Chile e do Rio de Janeiro.

Os mitos locais clássicos de interpretação da questão social

A Dádiva Brasileira

O enfrentamento da questão social na literatura clássica brasileira explica-se mais pelo protagonismo da figura do Presidente Getúlio Vargas e o seu projeto de Estado Corporativista que pela ação de uma classe trabalhadora ativa e com capacidade de pressão.

É o Estado Corporativista o marco para compreender a emergência da ideia de que a questão social foi, a partir da Revolução de 1930, uma política de Estado e não uma conquista das massas trabalhadoras, hipótese que começa a se configurar já antes da profissionalização das ciências sociais, na pena de um dos mais brilhantes “intelectuais orgânicos” do governo Vargas, a saber, Oliveira Vianna (1951, p. 11):

Coube à Revolução de 1930 o mérito insigne de elevar a questão social – até então relegada à jurisdição da polícia nas correrias da praça pública – à dignidade de um problema fundamental de

Estado a dar-lhe – como solução um conjunto de leis, em cujos preceitos domina, com um profundo senso de justiça social, um alto espírito de harmonia e colaboração.

Para Vianna, o Brasil em particular não tinha nenhuma tradição de luta de classes e, nesse mesmo sentido, os conflitos sociais, pautados pela relação capital-trabalho, não tinham a intensidade, violência e dramaticidade próprias da Europa, uma vez que o país era idealizado como o possuidor de um destino que entregou bens em excesso para distribuir com todos, e as massas trabalhadoras seriam um grupo sem organização, solidariedade ou partido. Assim, nessa visão, é o Estado quem toma as massas trabalhadoras sob sua proteção, abandonando a atitude de abstenção e imparcialidade que o teria caracterizado antes de 1930. Inspirado na encíclica *Rerum Novarum*, o que o Estado pretendia era restaurar a dignidade humana do trabalhador, mediante a organização de um sistema de instituições sociais que visava à elevação e à dignificação do trabalhador. Assim, o trabalhador industrial brasileiro conheceria por todas as partes “o carinho do Estado e ação vigilante da sua tutela ou da sua assistência” (VIANNA, 1951, p. 69).

O desenvolvimento do Estado Novo brasileiro, notadamente entre 1945-64, coincide também com a consolidação das modernas ciências sociais brasileiras na segunda metade do século XX, que encontraram, em São Paulo, berço da industrialização local, seu principal espaço de articulação (a Universidade de São Paulo e a Escola Livre). A compreensão do fenômeno populista e as potencialidades da classe operária para a mudança social foram dois dos grandes eixos de reflexão de um grupo de pesquisadores paulistas que consolidou uma interpretação divisora de águas do campo. Porém, este exercício de teorização crítica do populismo varguista foi inseparável da tentativa de superação política do fenômeno que estava sendo estudado.

Na hora de caracterizar o governo Vargas, esses autores destacaram o seu caráter autoritário e compreenderam a subordinação da classe trabalhadora urbana como o principal desdobramento desse traço. Tal como assinala um dos seus mais destacados intérpretes:

[...] a Legislação Trabalhista e a criação da Previdência Social garantiam amplo apoio popular e operário ao governo Vargas, ao mesmo tempo que “roubaram a práxis proletária” dos anos anteriores, não só fazendo com que as garantias conseguidas pelos trabalhadores aparecessem como uma outorga de cunho paternalista feita pelo Estado aos operários, como transformando, de fato, o movimento operário num tipo de ação perfeitamente enquadrada na esfera racionalizada da atividade social (CARDOSO, 1962, p. 114).

Dessa maneira, a Revolução de 1930 é definida como a inauguração de um processo sistemático de organização oficial do movimento sindical, normatizando-o e disciplinando legalmente a “práxis proletária”, passando o sindicalismo a ser controlado (notadamente entre 1937-45) pelos funcionários do Ministério do Trabalho. Segundo Fernando Henrique Cardoso, a falta de autonomia, juntamente com a imaturidade política dos operários e a inexistência de uma tradição proletária, favoreceram a configuração de um tipo de comportamento político-reivindicatório no qual a classe operária aparece antes como “massa de manobra” que como um setor ciente dos seus interesses.

Para Francisco Weffort (1970), o “sindicalismo populista”, implementado depois de 1930, teria criado organizações operárias “artificiais”. Consequentemente, até as organizações paralelas ao sindicalismo oficial, promovidas pela esquerda, serviram como complemento à estrutura corporativista. No caso do Brasil, o Partido Comunista (PCB) – principal foco da crítica de Weffort –

teria se mostrado incapaz de organizar a classe operária de maneira autônoma, na contramão do que aconteceu em outros países da região.

O questionamento da “práxis proletária” chegaria ao ponto de se colocar em discussão a própria existência do movimento operário. Esse é o caso de Alain Touraine (1961), quem argumenta que o movimento operário, por definição, sempre foi associado não apenas à defesa dos seus interesses materiais imediatos (salários), como também à ideia de transformação da sociedade. Pode-se falar então de um movimento operário quando este se deixa manipular passivamente por um projeto corporativista? – pergunta-se o sociólogo francês. No Brasil, a existência de uma forte consciência de mobilidade propiciada pela imigração interna, assim como as características subdesenvolvidas do capitalismo, permitiram que o sindicato fosse menos um instrumento nas mãos da classe operária que a expressão de uma participação indireta e involuntária do poder. Seguindo a argumentação de Touraine, o sindicato se projeta apenas como um distribuidor de serviços (médicos e legais) e principalmente como um meio para que os assalariados resolvam seus problemas materiais, e não como o espaço de construção de um projeto alternativo de sociedade.

A existência de um estatuto padrão que normalizava os sindicatos, o controle econômico e financeiro, dado principalmente pelo imposto sindical, a autorização da intervenção ministerial no sindicato e o controle das eleições sindicais por parte do Ministério vão configurar um cenário pouco propício para uma ação operária autônoma. Theotônio dos Santos (1962, p. 104), por exemplo, caracterizou da seguinte maneira a fase na qual o Estado Novo incorporou a questão social às suas preocupações:

1 – A identificação da política trabalhista com a figura pessoal de Getúlio Vargas, que deu origem ao ‘queremismo’; 2 – O controle ministerial e paternalista do movimento operário; 3 – A forma-

ção de uma ‘liderança’ sindical – os ‘pelegos’ – de caráter oportunista e com fins políticos de atendimento de clientela eleitoral a base popular para políticos populistas (Getúlio, João Goulart, Ademar de Barros, Jânio Quadros, Roberto Silveira, etc.); 4 – O afastamento dos sindicatos das bases operárias perdendo-se num jogo ministerialista e de cúpula; 5 – A ausência de formação política da classe operária que a lançará nas mãos de uma liderança populista e que a abandonará, como classe, a sua própria sorte.

Essas interpretações procuravam articular uma crítica radical às perspectivas populistas que dominavam o campo sindical. Ao mesmo tempo, tinham o intuito de criar as condições teóricas de superação tanto do varguismo quanto dos seus principais concorrentes no mundo do trabalho, os comunistas. Os primeiros eram vistos como desvirtuadores do que esses intelectuais consideravam como a “verdadeira” práxis proletária, enquanto os segundos eram subvalorizados por sua (in)capacidade de rivalizar com os primeiros sem simultaneamente legitimar a arquitetura oficial. Se o trabalhismo varguista representava um sindicalismo inautêntico, por subordinado, os comunistas representavam um marxismo desvirtuado, pela sua abdicação prática ante as lógicas trabalhistas. Assim, instrumentos políticos inautênticos (trabalhista e comunista) eram indicadores também de uma classe inautêntica. O projeto de mudança social propugnado por esses intelectuais, que antagonizava com a herança política varguista, exigia uma ruptura com a trajetória política sindical da classe operária brasileira. Mas seria possível essa quebra sem ao mesmo tempo escurecer a voz dos trabalhadores e seu estatuto de ator político?

O golpe de Estado de 1964, embora marcasse uma crise das lógicas políticas do trabalhismo, exacerbou as dinâmicas corporativistas na relação entre a ditadura e os sindicatos. Ao mesmo tempo, interrompeu a carreira de muitos dos pesquisadores que disputavam o campo de estudos do mundo do trabalho. Isto pos-

sibilitou uma revisão por parte das ciências sociais dos postulados da “outorga”, gerando condições de recepção favoráveis aos autores que contemporaneamente propunham uma interpretação que reivindicava a trajetória do movimento operário. Ao mesmo tempo, este exercício de tematização foi estimulado por um interesse renovado destas disciplinas pelos atores sociais que poderiam ser decisivos na derrubada do regime autoritário.

O autor pioneiro dessa virada foi Azis Simão (1966), quem, capitalizando seu conhecimento direto do sindicalismo brasileiro como jornalista do movimento, defendeu precisamente no ano de 1964 sua tese de livre-docência na USP, na qual realizou uma revisão da legislação social anterior a 1930, mostrando que a preocupação social do Estado brasileiro não começou exclusivamente com Vargas. Outro dos fundadores da sociologia do trabalho no Brasil que aproveitou sua experiência no início da sua trajetória com o mundo do trabalho foi Evaristo de Moraes Filho, quem conheceu por dentro o funcionamento do Ministério do Trabalho em diferentes funções (LOPES et al., 2012). Para Moraes Filho (1978, p. 196), embora o Estado tutelasse e controlasse o livre movimento das associações da classe operária, obstaculizando a autodeterminação administrativa das suas organizações, o sindicalismo não teria sido uma invenção do Estado:

Por este rapidíssimo escorço histórico dos nossos movimentos sociais proletários de antes da primeira Grande Guerra e das leis trabalhistas que foram até então promulgadas, já se pode ver que constitui um exagero e grave ofensa aos trabalhadores brasileiros a constante afirmativa de que nada existiu antes de 1930, que toda a legislação a favor dos operários lhes fora graciosamente outorgada, sem nenhuma luta, nem manifestação expressa dos mesmos de que a desejavam. Justiça seja feita aos grandes idealistas, intelectuais e juristas, que tomaram o partido dos operários; justiça se faça àquelas massas anônimas, que, mesmo sem imposto

sindical, sem proteções ministerialistas, sem falsos líderes sindicais, apresentavam muito maior consciência de classe do que os atuais sindicatos, presos ao Ministério do Trabalho, sem o menor espírito de iniciativa.

A maior proximidade destes autores, e a de outros como José Albertino Rodrigues (1968), com o movimento sindical e as militâncias de esquerda que agiam no seu interior (comunistas e socialistas), teria sido fundamental para a revisão da ideia da “outorga”. Embora as pesquisas que alimentaram as publicações chaves desses intelectuais tenham sido realizadas na década de 1950 e tivessem trajetórias contemporâneas (embora diferenciadas) aos teóricos da “outorga”, foi apenas na década de 1970 que ecoaram com mais força no campo de estudos do trabalho.

Por um lado, as novas pesquisas mostravam o predomínio das tendências excludentes/repressivas por sobre as assimiladoras do período de predomínio das lógicas varguistas (FAUSTO, 1977); por outro, se resgatava a prática do movimento operário, salientando a capacidade política ativa desse ator para lidar com condições desfavoráveis. Ambas as tendências contradiziam a ideia de uma simples outorga da legislação social vinda unicamente desde cima. A Revolução de 1930 deixava de ser interpretada apenas como o momento de cooptação da classe operária mediante a aceitação passiva das Leis Trabalhistas, e agora marcaria um ponto de revisão da capacidade de agência da classe operária, passando a ser considerada como um componente participante da “mecânica do poder” (PINHEIRO, 1975). Na relação entre o Estado Novo e os sindicatos, operava uma “mão dupla” que implicou uma incorporação real dos trabalhadores à vida política nacional, porém numa situação de subordinação, a qual era interpretada pela ideologia estadonovista sob a lógica da reciprocidade, onde o Estado se situava desde a “dádiva” e os operários retribuía com lealdade (GOMES, 1988).

Teoricamente o principal traço dessa virada interpretativa seria a incorporação de perspectivas gramscianas nos marcos de análise do mundo do trabalho. Embora isto permitisse uma releitura que salientava a agência política proletária, complexificando a relação subordinação/autonomia da classe operária no contexto populista (PAOLI et al., 1984), houve, contudo, perspectivas opostas. Por exemplo, Francisco Weffort (1978) reconheceu nas classes populares um sujeito político com capacidade potencial de intervenção e de pressão, relativizando a noção de manipulação – tão presente na literatura clássica e no próprio trabalho anterior desse autor – e sugerindo a categoria de “aliança” como mais adequada para entender a relação entre as massas urbanas e os grupos trabalhistas presentes no Estado. Em contraste, Luiz Werneck Vianna (1976) não apenas resgatou a práxis política do Partido Comunista no mundo sindical, como mostrou uma dupla operação varguista tendente a anular esses esforços para consolidar a mitologia estadonovista: por um lado, o espírito de controle que inspirava as Leis Trabalhistas; por outro, a tentativa de supressão da memória das classes subalternas, através da noção de uma classe impotente e incapaz de reivindicar por si própria seus interesses. A aceitação de uma “teoria do pacto”, entre o Estado Novo e a classe operária, implicaria a omissão da maciça e brutal repressão aos sindicatos após a organização da Aliança Nacional Libertadora (de influência comunista), assim como a eliminação dos traços liberais da Constituição de 34. Para Werneck Vianna, a “outorga” é real, mas enquanto ideologia; e é resultante não de um pacto, com a classe operária, mas entre as diferentes facções das classes dominantes.

Esse influxo gramsciano com seus diferentes matizes foi decisivo para preparar um campo favorável nas ciências sociais à explosão das greves operárias paulistas, em 1978, em plena ditadura militar. Estas foram interpretadas como a irrupção de uma classe que, desta vez falando por boca própria, parecia ter superado as

lógicas de cooptação, enquadramento e controle associadas ao sindicalismo anterior (SADER, 2010), o que renovou o interesse das ciências sociais sobre o papel dos trabalhadores na conformação da sociedade brasileira.

Foi então questionada uma imagem constituída intelectualmente, no interior da qual os trabalhadores eram vistos como subordinados ao Estado graças a determinações estruturais da industrialização brasileira... O que para nós definiu uma ruptura com a produção anterior sobre a classe operária foi a noção de *sujeito* que emerge dessa nova produção, isto é, o estatuto conferido às práticas dos trabalhadores, como dotadas de sentido, peso político e significado histórico na dinâmica da sociedade (PAOLI et al., 1984, p. 130).

Efetivamente, muitas das dificuldades teóricas sofridas pelos intelectuais que estudaram movimentos sociais e, em particular, o movimento operário até então correspondiam ao não cumprimento das expectativas de comportamento esperadas pelos próprios analistas em relação a como deveriam acontecer as transformações políticas atribuídas a estes atores sociais (DURHAM, 1984). Na conjuntura aberta pela onda de greves no ABC paulista, as ciências sociais recuperaram o interesse pelos atores populares, mas ao mesmo tempo leram sua irrupção numa chave de ineditismo, compreendendo os novos movimentos sociais (nas fábricas e nos bairros) como a corporificação da promessa de mudança de um ator social que, na prática, tinha agido contrariando as expectativas dos seus intérpretes. A busca de uma potencialidade revolucionária ou hiperdemocrática nos movimentos sociais, como foi o caso dos autores que divulgaram a teoria da “dádiva” ou da geração que via nos novos movimentos sociais uma via de saída à ditadura, seria mais o desejo utópico dos analistas do que uma evidência empírica (CARDOSO, 1987). De maneira sintética, o

redescobrimiento do (novo) movimento sindical era inseparável da ruptura com o velho sindicalismo e indiretamente implicava um ressurgimento da interpretação clássica da questão social. Para Marco Aurélio Santana (1998), as querelas da esquerda brasileira no interior do movimento sindical na década de 1980-90 não foram apenas uma batalha para se impor no presente; implicaram também a transformação da história num elemento de disputa. Assim, a emergência de um “novo” sindicalismo brasileiro, no final da década de 1970, significou uma ruptura discursiva com um passado no qual o “velho” movimento transitou nos estreitos limiares da estrutura sindical corporativa, que era apenas uma extensão do jogo de dominação das elites. Estabelecer essa fratura significará, para Santana, ignorar e subestimar os esforços desenvolvidos no interior do sindicalismo pós-varguista para defender os interesses e os direitos dos trabalhadores, omitindo também o constante esforço em prol da democratização dos sindicatos, sempre expostos aos dispositivos de controle do Ministério do Trabalho.

Por outra parte, John French mostrou que a relação entre movimento sindical e as leis trabalhistas foi bem mais complicada e conflituosa do que a literatura clássica mostrou. Aliás, contra os desejos dos corporativistas, a ação do Estado não destruiu os sindicatos nem desmobilizou os trabalhadores; ao contrário, teria contribuído para criação de um espaço utilizado para auto-organização e mobilização dos trabalhadores. Porém, as leis trabalhistas estariam longe de representar um esforço idealista de implementação de um padrão moral de justiça nos locais do trabalho. Na prática, muitas das promessas contidas nas leis eram letra morta e seu cumprimento era possível só mediante a pressão direta dos sindicalistas sobre os empregadores. Segundo French (2001, p. 73), cientes desta situação, “para sobreviver e lutar no Brasil industrial, os trabalhadores necessitavam de um posicionamento que tanto rejeitasse a lei como a idealizasse”. Se Getúlio Vargas era o “pai dos pobres”, também era “mãe dos ricos”, como ironicamente o mo-

vimento sindical esquerdista completava a frase de exaltação do líder populista. Vargas, por um lado, criou a legislação social, mas, por outro, não estabeleceu ferramentas eficazes para que esta fosse cumprida. Paradoxalmente, a produção das ciências sociais nos anos 1960 contribuiu à reprodução da ideia de que os objetivos das leis trabalhistas tinham sido realmente alcançados na prática, confundindo as leis com os fatos e, ao mesmo tempo, negligenciando a prática organizacional da classe operária e notadamente sua relação com os patrões: “Concebida como uma crítica radicalmente desmistificadora das mitologias do Estado populista, a interpretação dominante surgida nos últimos anos da década de 1960 refletiu inconscientemente as presunções e afirmações do regime de Getúlio Vargas” (FRENCH, 2001, p. 82).

Como compreender, então, a tentativa varguista de enfrentar a questão social sem subestimar a prática sindical brasileira? Wanderley Guilherme dos Santos (1998) propôs uma nova ruptura no final da década de 1990. Para ele, as Leis do Trabalho buscavam conciliar a política de acumulação do capital e uma política de equidade, assegurando que esta última não ameaçasse o esforço de acumulação e que este não exacerbasse as iniquidades sociais. A Revolução de 1930 representou um esforço de renovação do equipamento ideológico para enfrentar o problema da ordem econômica e social, que, ao manter unicamente a resposta repressora do *laissez-faire* brasileiro, teria sido condenado à implosão. Dessa maneira, a cidadania ficou atrelada a um restrito número de posições laborais reconhecidas e reguladas pelo poder estatal, a “cidadania regulada”.

Todos os trabalhadores não contemplados nas categorias reconhecidas tornaram-se uma espécie de pré-cidadãos. Estes segmentos, incluindo todos os trabalhadores do campo (não contemplados na regulação trabalhista), avultaram, posteriormente, os conceitos de marginalidade e economia informal do trabalho. Numa recente releitura da “cidadania regulada”, Adalberto Car-

doso (2010a) valorou seu papel como promessa de incorporação social das massas operárias até esse momento totalmente postergadas, introduzindo, assim, um horizonte de cidadania fundamental para as expectativas e práticas dos trabalhadores urbanos, que, ao mesmo tempo, foi determinante para a reprodução das desigualdades sociais, enquanto promessa jamais universalizada. Assim:

A ‘cidadania regulada’, nesse sentido, tornou-se a forma institucional da luta de classes entre nós: uma luta por efetividade dos direitos existentes; uma luta por extensão dos direitos a novas categorias profissionais; e uma luta por novos direitos. Isso quer dizer, ademais, que, se os direitos sociais e do trabalho (e os serviços sociais de saúde e educação) precisaram ganhar facticidade por meio da luta regulada de classes, então a ‘cidadania regulada’ precisou ser *conquistada* pelos candidatos a ela, tanto individual quanto coletivamente. Tendo ou não sido outorgada por Vargas (discussão que tantas energias consumiu dos estudiosos do trabalho no Brasil), o fato é que, no processo de tornar-se real no mundo, a legislação social foi apropriada pelos trabalhadores, e a ‘cidadania regulada’ não era outra coisa senão o modo dessa apropriação em seu processo mais miúdo, mais cotidiano (CARDO-SO, 2010b, pp. 792-3).

O caso do Chile: A conquista operária

No caso do país andino, desde a década de 1950, construiu-se um relato historiográfico sobre a classe operária inverso ao brasileiro. Na interpretação chilena clássica da questão social, o sindicalismo de começos do século XX é visto como um sindicalismo de classe, com um alto grau de independência frente ao Estado e fortemente engajado com a prática dos partidos classistas. Além do mais, o movimento mostrava lucidez nas suas manifestações em re-

lação à necessidade de superar a ordem capitalista por um sistema socialista. A construção desse ideário associando o movimento operário a uma imagem heroica, contestatária, consciente, solidária e homogênea é inseparável do papel da historiografia na sua reprodução, correspondendo esse labor aos historiadores marxistas clássicos: Julio César Jobet, Marcelo Segall, Hernán Ramírez Necochea, Jorge Barría, Luis Vitale y Fernando Ortiz Letelier, entre outros (PINTO et al., 1999).

Embora com militâncias diversas dentro do campo do marxismo local, todos esses autores reconheciam a centralidade da luta de classes na conformação da sociedade e, com ela, o protagonismo dos trabalhadores na arena política e historiográfica. Depois de tudo, tratava-se da classe à qual pertencia o porvir (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007a, p. 281), que, até esse momento, não contava com historiadores próprios (JOBET, 1951). O que animava esses autores era o interesse político de contribuir ao fortalecimento e projeção desse protagonismo para a consecução do socialismo (ROJAS, 2000). Propondo uma nova relação entre o ofício historiográfico e a militância, o labor do historiador aparece como um complemento e até uma extensão da luta por uma sociedade sem classes (BARRÍA, 1971a). Esta virada teve correspondência com a valoração emancipatória do binômio sindicato-partido como eixo da progressiva maturação da consciência operária (JOBET, 1955). Tratava-se não apenas de uma trajetória linear do movimento operário, mas de uma sincronia entre esta e os processos políticos, articulada graças à relação virtuosa entre o social e o político. O que, para Jorge Barría (1971b), se expressava na trilogia de organizações criadas pelo movimento operário – sindicatos, cooperativas e partidos – para defender seus interesses enquanto produtores, consumidores e cidadãos. Subvalorizando outras expressões, como o peso das organizações e militantes anarcossindicalistas para o desenvolvimento do movimento operário, esta exaltação evolucionista do movimento legitimava ao mesmo tempo o

partido como o instrumento próprio da classe, ocultando a autoria dessa relação e fazendo com que aparecesse como um produto quase natural (THIELEMAN, 2013).

Sob esta perspectiva, o processo de ampliação da cidadania por parte do Estado chileno, que culminou com a institucionalização de uma série de direitos, longe de ser interpretado como uma dádiva das classes dominantes, foi lido como uma conquista operária propiciada pela ação, consciência e combatividade do próprio proletariado chileno. Vale a pena citar um dos fundadores da historiografia social chilena, Hernán Ramírez Necochea (2007a, p. 287), que, em um texto publicado originalmente, em 1956, expressava em relação a este ponto:

Pois bem, a história do movimento operário ensina que os direitos que hoje desfruta a classe operária e os benefícios que em alguma medida conquistou, não foram gratuitas concessões feitas pelos governantes burgueses ou latifundiários; também não foram dádivas desinteressadas das classes dirigentes. São únicas e exclusivamente conquistas da classe operária. Ela, através de suas longas lutas, durante as quais fez sacrifícios incontáveis e teve fazer exibição de heroísmo ante a brutal violência desatada na sua contra; ela, regando muitas vezes a terra do Chile com seu sangue generoso e dando exemplos imperecedouros de dignidade, ela e apenas ela, conquistou os direitos e os benefícios – muito escasos ainda – dos quais atualmente desfruta.

O proletariado chileno, desde esta perspectiva, teria encontrado cedo sua maturidade, superando a espontaneidade inicial que o caracterizou mediante um processo de articulação e de conscientização ascendentes. Existiria, ao mesmo tempo, uma continuidade entre a origem e o desenvolvimento do sindicalismo chileno. Segundo Fernando Ortiz Letelier (2005, p. 113), em texto de 1985:

Os proletários não se resignaram passivamente à sua vida de misérias; buscaram melhorar sua situação, se revelaram contra os que os exploravam. Rebelião espontânea, isolada, individual num começo; greve, movimento coletivo logo, carente ainda de direção e perspectivas, mas onde operários expressavam sua consciência de classe e faziam da sua organização o instrumento eficaz para defender seu porvir, greves nacionais, por último, realizadas num plano mais elevado e que reflete o grau de amadurecimento conseguido pela classe operária. As reivindicações econômicas encontram um curso adequado nas novas ideias políticas, o proletariado compreende que não basta lutar pela reivindicação imediata como também deve modificar, mudar, a estrutura de um regime para terminar definitivamente com sua exploração.

A afirmação da continuidade histórica do movimento operário, dada pelo processo ascendente de lutas e de tomada de consciência, está atrelada com a reivindicação por parte do movimento sindical do passado heroico de sua organização, valorando a gênese do movimento como um elemento inspirador do sindicalismo posterior, o qual estará marcado pela presença socialista-comunista e que será coroado com a conquista do governo com a Unidade Popular de Salvador Allende, em 1970.

Resulta interessante observar que, sob esta matriz de pensamento, os diferentes esforços do Presidente Arturo Alessandri (1920) para enfrentar a questão social – o que o situa como uma espécie de equivalente democrático de Getúlio Vargas – foram interpretados, por esta historiografia, como um simples reformismo burguês que pretendia deter o avanço do movimento operário: “Um setor dos ‘de cima’ – elementos burgueses –, que sentiam a impossibilidade de seguir administrando o Estado conforme os padrões existentes, estimavam que era preciso considerar as novas realidades e programar uma política de novo estilo para enfrentar

uma situação julgada como temível pela carga social explosiva que implicava” (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007b, p. 263).

Essas tentativas seriam uma reação à iniciativa e pressão operária, que teria obrigado os setores governantes a se abrirem à possibilidade de uma legislação que incorporasse parte das demandas históricas do movimento operário: “Foi o impulso dos operários, suas lutas, suas organizações as que obrigaram os partidos tradicionais a se preocuparem e se pronunciarem sobre a questão social. Enquanto o movimento operário se fez ameaçante, os programas dos partidos políticos tiveram que acolher as aspirações populares. Oportunismos nos mais, simpatia pelo povo nos menos” (ORTIZ LETELIER, 2005, p. 227).

Na construção desse discurso não se realça a figura de Arturo Alessandri, presidente que aprofundou e sistematizou a legislação social, como foi no caso do Brasil com Vargas. Ao contrário, o protagonismo ficará com o operário tipógrafo Luis Emilio Recabarren, “maestro y guía del pueblo chileno” segundo reza seu epitáfio. Esse operário se transformará numa espécie de mito fundador da história das classes subalternas chilenas (MASSARDO, 2008). Recabarren teria corporificado na sua história individual o trânsito coletivo do movimento operário, e seu lugar, portanto, é claro: “representa uma perfeita e completa síntese da trajetória que percorreu o proletariado desde fins do século XIX até princípios da terceira década deste século” (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007b, p. 250). Isto tanto pelo papel de Recabarren na fundação do *Partido Obrero Socialista*, em 1912 (que posteriormente passará a ser o Partido Comunista), como também pela ação organizativa na *Federación Obrera de Chile* (F.O.Ch.) e pelo papel de propagandista na imprensa operária.

O exemplo e a lição da atividade de Recabarren residem na sua luta inesgotável em prol da organização do proletariado e por lhe outorgar consciência dos seus direitos e responsabilidades; em

seu trabalho prático de estruturação política e sindical da classe assalariada; na criação e difusão da imprensa operária; no seu intuito por educar e instruir os seus colegas de trabalho; na sua profunda austeridade e honestidade pessoal, na sua abnegação e idealismo, sua coragem e desinteresse, se perfilando como o mais autêntico precursor do ‘homem novo’, exigido pelo socialismo para sua autêntica realização. O seu legado nas ideias sociopolíticas se sintetiza na sua sincera adesão à doutrina e ao programa socialista com o propósito de instaurar um sistema revolucionário democrático, oposto de maneira irreduzível às distintas formas de ditadura. Foi um estimulador inesgotável da fórmula de emancipação dos trabalhadores como obra deles próprios, com o elevado objetivo de dar vida a um governo popular que fizesse efetiva a instauração de igualdade, justiça e liberdade (JOBET, 1955, pp. 8-9).

A interpretação de conquista do movimento operário foi durante muito tempo quase inquestionável. Foi somente com a aparição da “nova” história social chilena durante os anos 1980, depois do Golpe Militar, encabeçada por Gabriel Salazar, que o discurso descrito anteriormente encontrou uma revisão profunda:

Tem-se questionado [à historiografia social clássica] sua incapacidade para reconhecer a diversidade cultural ao interior dos setores populares. Também tem se criticado sua tendência a privilegiar as relações entre os trabalhadores e os partidos de esquerda, fazendo aparecer estes últimos como os verdadeiros e únicos protagonistas da história. Incluso tem se atribuído um viés ‘iluminista’, no sentido de privilegiar a ação racional-instrumental ou o apego a determinados ‘projetos’ por sobre uma disposição a reconhecer a um ator popular que não era necessariamente discursivo ou projetista (PINTO et al., 1999, p. 113).

O movimento popular, num sentido amplo, não teria apresentado nenhum projeto alternativo de construção estatal, pois terminou disciplinado sob o império da Constituição e do Código do Trabalho alessandrino (SALAZAR et al., 1999). Depois da aplicação de reformas sociais, começou um período de refluxo do movimento sindical, reduzindo-se a quantidade de greves e confrontos combativos. A ideia de um movimento operário “puro”, completamente independente, não apenas fica questionada, como também difícil de sustentar. A passagem de um Estado excludente a um relativamente mais integrador mediante a legislação social e laboral marcou o início de um grande paradoxo para o movimento sindical, pois, por um lado, o movimento operário efetivamente desbordou a realidade oligárquica através da sua autonomia, dispersão e dinâmicas grevistas; porém, por outro, o enquadramento legal terminou por homogeneizá-lo, beneficiando os sindicatos por sobre outras formas de organização, como as Sociedades de Socorro Mútuo. Esse processo foi acompanhado de fortes doses de repressão. Assim, “terminar com a exclusão lhe significou transitar desde uma autonomia relativa a um grau maior de submissão” (FERNÁNDEZ, 2003, p. 145).

Esta mudança na historiografia tem uma raiz histórica: a quebra democrática produzida pelo golpe de Estado, em 1973, provocou também uma quebra epistemológica dentro da historiografia. O fracasso da Unidade Popular e do movimento operário obrigou à revisão profunda da historiografia social clássica. Agora as ênfases eram menos estruturais e mais culturais: o político-ideológico deixava lugar ao identitário (DEVÉS VALDÉS, 1991). A autoafirmação do “*obrerismo ilustrado*” implicava também silêncios e exclusões dentro do mundo popular que era preciso superar. Tratava-se agora de reconhecer outros atores sociais fundamentais, “os de baixo”: camponeses, *pobladores*, trabalhadores informais etc. (PINTO, 1998).

Em um texto publicado originalmente em 1985, Gabriel Salazar (2000) criticou a aplicação mecânica do materialismo histórico que, no seu intuito de totalização analítica, terminou por diluir a história existencial das massas populares na história do capitalismo (SEGALL, 1953). Sua opção historiográfica era a observação dos fatos e dos processos do povo enquanto tal, para além da trilogia militante, partido e sindicato. O povo seria um impulso vital coletivo solidário e reumanizante, cuja historicidade involucraria “o drama interior da nação”, sendo papel da historiografia salientar a sustância social contida nas dinâmicas solidárias dos alienados e no poder histórico que elas possuiriam.

Se o processo histórico é – conforme o sentido comum – a energia social aplicada ao desenvolvimento pleno da natureza humana, ou seja, um processo de humanização permanente, então a ‘historicidade significativa’ radica principalmente naqueles homens que procuram com maior intensidade e imediatismo sua própria humanização e a dos outros. A pulsão humanizante – que é um dos traços distintivos dos homens de base – se estimula, se acumula e se desenvolve precisamente quando os fatores de alienação incrementam sua pressão. É por isto que a historicidade se concentra progressivamente nas masas alienadas, e se o ‘povo’ é a ‘nação’, como a dinâmica à estática e o específico ao geral, então ‘o povo’ é a parte alienada da nação. O povo é a parte da nação que detém o poder histórico (SALAZAR, 2000, p. 15).

Sergio Grez critica esta vertente ao propor uma história do “baixo povo” esvaziado de sua ação política. Precisamente sua valorização culturalista de um ser popular em estado natural rejeitará a atividade política como eminentemente alheia, desprezando suas incursões institucionais e reestabelecendo indiretamente a noção do mundo popular como objeto da política das elites: “Da apo-

logia ao racionalismo, à modernidade, às ideologias da redenção social, aos projetos e vanguardas políticas, tem se passado quase sem nuances à valorização da ‘barbárie’, do espontâneo, do pré-moderno, irracional e sensual” (GREZ, 2005, p. 21). A redução naturalista do popular presente na nova história social chilena, ao acusar a historiografia marxista clássica de se centrar unicamente no político, teria reduzido também o político a uma definição liberal (ou estatal-institucional), sendo que, por outro lado, o social ficaria minimizado ao aspecto solidário-identitário (DÍAZ, 2014). A politização, quando aparece, o faz de maneira apartidária e maniqueísta: o popular se mistifica num relato romântico e idealizador que terminaria por lhe atribuir uma espécie de identidade transistórica essencializada (LOYOLA, 2012).

Mesmo sendo acusada de propugnar uma história do popular sem a política (GREZ, 2005), a nova história social – pela revalorização dos sujeitos e das subjetividades que implicou – paradoxalmente tem sido uma das mais relevantes referências do grupo de pesquisadores que recentemente vêm revitalizando a historiografia política no Chile (PONCE e PÉREZ, 2013). Contudo, apesar das críticas à historiografia marxista, existia, entre os novos historiadores sociais chilenos, o reconhecimento de que o movimento operário classista existiu e gerou uma cultura operária que dignificou o trabalho e o trabalhador, deixando de ter uma conotação pejorativa e se convertendo num veículo de inserção social e orgulho pessoal, desenvolvendo um forte sentimento de solidariedade interna com fortes graus de hostilidade frente aos patrões.

Historiografia e Movimento Operário: algumas semelhanças

A revisão das interpretações locais clássicas sobre a questão social no Chile e no Brasil, as quais foram criticadas em ambos os países por uma historiografia mais recente que as acusou de mistificar positiva ou negativamente a trajetória destes movimentos

operários, mostra que, embora aparentemente os processos obedecessem a particularidades que os separavam em polos opostos, existiam diversos traços comuns nas duas experiências. Características que levam necessariamente a questionar as bases dos mitos historiográficos que, por muito tempo, dominaram a interpretação do que se entendeu por questão social em ambos os países.

No Chile e no Brasil, a emergência da questão social está dada por um antes e um depois identificado com a passagem de um Estado excludente a um Estado que toma consciência da necessidade de incorporar novos sujeitos ao seu horizonte de cidadania. Num primeiro momento, a questão social foi ignorada pelas elites desses países e tratada como uma “questão de polícia”, segundo a expressão de Getúlio Vargas. Assim, as contradições entre Capital e Trabalho eram resolvidas diretamente, sem a intermediação do Estado, com exceção da intervenção policial para apagar greves e perseguir sindicalistas.

Da mesma maneira, se, por um lado, a vida urbana representava uma melhoria em relação às condições das zonas rurais desses países, por outro, as condições de miséria se agravavam para os trabalhadores urbanos. Alguns dos problemas que eles tiveram que enfrentar nessa época foram: desníveis entre salários e custo de vida, inexistência de um salário mínimo, concorrência do trabalho pior remunerado de mulheres e crianças, existência de jornadas extenuantes de trabalho, ausência de contratos com garantias legais para o trabalhador. Foram essas condições as que contribuíram para que a ação e a agitação de elementos conscientes da classe operária encontrassem ouvidos, formando-se paulatinamente um movimento operário bastante heterogêneo em ambos os países. Sociedades de socorro, sociedades de resistência, centros culturais e sindicatos foram aparecendo na cena proletária. Com grande influência estrangeira, embora mais no Brasil que no Chile, o movimento importou, adaptou e disseminou ideias socialistas e anarquistas, sendo estas últimas particularmente fortes no começo

do século XX. Com certa propensão à espontaneidade, esse movimento praticou a ação direta contra o capital, configurando um nutrido movimento grevista e conseguindo muitas vezes ver cumpridas suas demandas, não obstante a intensa repressão que exercia o Estado para satisfazer os capitalistas locais. Em ambos os países, este período se identificou como a “etapa heroica”.

O maior peso que começou a ter a atividade industrial nas sociedades e, com ele, a maior concentração urbana e operária, junto com o aumento dos conflitos trabalhistas, favorecidos por uma maior capacidade organizativa e agitadora da classe operária, com greves gerais incluídas, levaram a que setores reformistas, mais sensíveis à questão social nas classes dirigentes, ganhassem importância nos destinos dos países estudados. Assim, com Alessandri no Chile e com Vargas no Brasil, começa um processo de ampliação, com restrições, da cidadania nas respectivas sociedades; conceitos como progresso nacional e harmonia entre capital e trabalho serão fundamentais e predominarão nos discursos dos setores governantes. O Estado não apenas manterá o seu braço repressivo para intervir quando seja conveniente, como também visará à proteção do trabalhador com o estabelecimento de garantias legais, buscando antecipar conflitos através dos códigos de trabalho respectivos, mas sem esquecer o disciplinamento do movimento operário, enquadrando-o dentro dos sindicatos, os quais substituíram as heterogêneas organizações do período heroico. Em síntese, como gostava de dizer Vargas, a questão social deixou de ser um assunto de polícia para ser um assunto de Estado.

Nessa mudança, está presente um processo reflexivo, com maior ou menor grau de consciência, por parte das classes dirigentes, de que é preciso enfrentar e prevenir-se frente às forças destrutivas que liberou o próprio capitalismo nas suas sociedades. Não se pode esquecer que o lema do movimento que fez a Revolução de 1930, no Brasil, foi: “Façamos a revolução antes que o povo a faça!” (DIAS, 1962, p. 81). Essencialmente, o que se buscava era a

prevenção de uma possível fratura social. Por isso, as seguintes palavras de Arturo Alessandri, pronunciadas em 1923, poderiam perfeitamente ter sido proferidas por Getulio Vargas nos anos 1930:

Entre nós é indispensável a rápida promulgação de leis que contemplem os interesses de patrões e operários, como um antídoto para os espíritos subversivos que desejam e perseguem a dissolução da ordem social. Estabeleça o equilíbrio social através de leis justas que contemplem as reivindicações do proletariado e deixe que venham os elementos anárquicos e subversivos a pregar e gritar suas teorias; veja como se baterão impotentes contra a justiça social que é paz, que é ordem, equilíbrio e harmonia (RAMÍREZ NECOCHEA, 2007b, p. 267).

Com os esforços de integração dos estados, as classes operárias ficaram na disjuntiva entre aceitar a interferência do Estado nas relações capital/trabalho e a proteção da legislação laboral – a qual incorporou as principais demandas dos trabalhadores de ambos os países – ou rejeitar o novo cenário, lutando unicamente pela mudança radical do regime salarial. Tanto no Chile quanto no Brasil, a situação foi considerada um progresso para a classe. Esta, mesmo assim, tentou continuar com a atividade sindical tal como vinha sendo levada à prática até esse momento. Porém, o novo contexto dificultou a persistência das mesmas lógicas organizativas, já que a melhoria econômica da nova situação implicava enfrentar de uma maneira nova a agitação, porque os dispositivos repressivos do Estado persistiram e os dirigentes sindicais continuaram sendo perseguidos, seus locais interditados e suas imprensas fechadas. A partir desse momento, o movimento sindical não poderá ser compreendido sem a sua relação com o Estado. Por isso, não corresponde aplicar critérios de pureza proletária na hora de analisar a práxis sindical, pois não apenas no Brasil o movimento operário teve que enfrentar a possibilidade de subordinação, como também no Chile

isto aconteceu com a classe que foi caracterizada quase como sinônimo de independência e consciência proletária na América Latina.

As diferentes mitologias nos dois países responderam também aos vaivéns políticos dos movimentos operários e das historiografias que tentaram compreendê-los. Enquanto no Chile a influência marxista e a força dos partidos socialista e comunista levaram a reivindicar o passado do movimento operário, ignorando suas fraquezas e inconsistências para mostrar a continuidade e a solidez do movimento, no Brasil, a emergência de um “novo” sindicalismo e a força do “mito da dádiva” estabeleceram um profundo abismo entre o sindicalismo heroico e o sindicalismo posterior a 1930, visando à legitimação dos novos quadros sindicais que queriam romper com o populismo e com seus concorrentes mais próximos (o PCB). Porém, isso implicou também desconhecer o valor de resistência do sindicalismo que enfrentou, não sem perseguição e repressão (e heroísmo), a força corporativista. Nesse sentido, o novo sindicalismo tinha como objetivo neutralizar um concorrente no espaço sindical.

No caso do Brasil, é importante salientar que os dispositivos de controle foram mais fortes, principalmente pela força que tinha o imposto sindical, pois sempre implicou uma vinculação com o Ministério do Trabalho. A possibilidade de ressurgimento de um período heroico estava permanentemente em xeque pelo controle estatal. Contudo, a presença de forças de esquerda persistiu, mas estas tiveram que enfrentar um cenário completamente diferente do chileno, pois a ditadura de Vargas tinha melhores ferramentas de controle do sindicalismo do que as que dispunham os governantes no país andino.

Porém, em ambos os casos, o movimento sindical não pôde atuar sem levar em consideração o novo papel integrador do Estado. Ao mesmo tempo, o Estado se redefiniu pela incorporação (parcial) de novas camadas sociais no seu horizonte de cidadania. Tentar explicar o fenômeno da questão social pela ação de um

setor isolado da sociedade é uma tarefa incompleta. Tal como se mostrou, esse processo responde a uma tendência reflexiva mais ampla presente na sociedade, na qual, de maneira mais ou menos consciente, as classes que dirigem o Estado compreendem que, para assegurar a sobrevivência deste último, deve-se superar a sua condição excludente e integrar esses novos setores. Paralelamente, as classes trabalhadoras urbanas emergem não para acampar na margem da sociedade, mas, pelo contrário, para nela intervir, seja pela sua força real ou potencial, ganhando um estatuto de ator da nova cena pública.

Compreender a questão social como exercício reflexivo dos diferentes atores da sociedade, no qual se redefine o horizonte de cidadania, requer uma abordagem multiagencial para o seu estudo. As literaturas clássicas no Brasil e no Chile já analisaram o fenômeno com um viés estatal ou social (movimento sindical). Por outro lado, esforços reflexivos mais recentes têm mostrado a importância da recepção e de circulação das ideias (liberais no Chile e corporativistas no Brasil) entre as elites dominantes para a construção do “Estado Social” nos respectivos países (LANZARA, 2012). Porém, a tarefa de integração desses diferentes elementos tem como condição prévia a explicitação do papel das ciências sociais na construção dos imaginários associados às diferentes maneiras de enfrentar a questão social e aos atores que a construíram, notadamente a respeito do movimento operário.

As interpretações baseadas nas ideias de passividade/protagonismo das classes subalternas não apenas substancializaram o estatuto do movimento operário como mais ou menos manipuláveis ou combativos, dificultando as possibilidades de compreensão deste ator social com suas virtudes e defeitos e para além das mistificações do seu agir, como ampliaram o ponto cego de observação das ciências sociais em relação aos próprios movimentos sociais. Não se podem compreender estas interpretações sobre o passado

operário sem considerar o papel dos cientistas sociais nas disputas pela política do presente.

Ao comparar as interpretações clássicas da questão social no Chile e no Brasil, quanto mais elas conduziam à polarização das trajetórias dos movimentos operários respectivos, mais evidente ficava a participação dessas leituras em projetos políticos que precisavam da idealização do movimento operário, no caso do Chile, e da rejeição da práxis sindical, no caso do Brasil. A separação teórica das práticas dos movimentos operários desses países é motivada por uma práxis comum aos teorizadores dos movimentos sociais: a utilização do passado como uma ferramenta de legitimação de um projeto no presente.

Esta rápida e sintética revisão das ideias clássicas da interpretação da questão social permite destacar alguns elementos úteis para a questão urbana. Em primeiro lugar, adverte sobre o perigo de reproduzir o mito da passividade/protagonismo das classes subalternas agora no âmbito urbano: se seguimos o mito, a classe operária chilena aparece como um exemplo de “classe para si” e a brasileira como de “classe em si” (mais perto de “massa em si”). Fazendo uma análise simples, se poderia replicar a mesma lógica aos seus pobres urbanos: os *pobladores* seriam o exemplo de um movimento social combativo e politicamente ativo, enquanto os favelados (novamente) massa de manobra. A ideia, pelo contrário, é ir além dessa interpretação, uma vez que a compreensão da constituição tanto dos *pobladores* quanto dos favelados como atores políticos nessas sociedades deve evitar qualquer tentativa de substancializar as classes subalternas como mais ou menos combativas ou mais ou menos manipuláveis. Assim, as diferenças nas trajetórias dos atores não estariam numa maior disposição dos chilenos à organização e à radicalidade (e o contrário para os favelados), e sim nos diferentes processos políticos envolvidos nas disputas nacionais que, em cada país, possibilitaram que um determinado repertório fosse mais bem sucedido que outro.